



PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA SESSÃO DEBATE INTER-OBEDIÊNCIAS REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017

∴ **TEMA:** “Os Deveres Sociais dos Franco-Maçons”

∴ **OBJETO:** Promover a reflexão e o debate de ideias entre as várias Obediências participantes.

∴ **PROMOTORES:**R.'.L.'. Gaia, nº 1781, a Or.'. de Vila Nova de Gaia, da Ordem Maçônica Mista Internacional “LeDroitHumain” – “Direito Humano”

∴ **LOCAL:** R.'.L.'. Gaia, nº 1781, a Or.'. de Vila Nova de Gaia

∴ **INTERVENIENTES:**R.'.L.'. Humanidade, aOr.'. de Lisboa, da Federação Portuguesa do "Direito Humano"; R.'.L.'. Udjat, nº 215 a Or.'. do Porto, da Grande Loja Simbólica de França e Países Associados O.'.I.'.R.'.A.'.P.'.M.'.M.'.; R.'.L.'. Kairos, a Or.'. do Porto, da Grande Loja Feminina de Portugal(envio de comunicação); R.'.L.'. Gaia, nº 1781 a Or.'. do Porto, da Federação Portuguesa do "Direito Humano"; R.'.L.'. Estrela do Norte, a Or.'. do Porto, do GOL e R.'.L.'. Harmonia 1114, a Or.'. do Rio de Janeiro, da Federação Brasileira do "Direito Humano" (envio de comunicação).

1. COMUNICAÇÕES APRESENTADAS:

1. "Os Valores da Maçonaria no Voluntariado das ONGs (Organizações Não Governamentais)", pelo I.º Manuel Hipólito dos Santos (Voltaire) da R.º.L.º Estrela do Norte, a Or.º do Porto do Grande Oriente Lusitano. **(Anexo 1, p. 8)**
2. "Sou Maçon logo Protejo o Ambiente", pela Ia.º Ana Paula Barros da R.º.L.º Humanidade, a Or.º de Lisboa da Federação Portuguesa do "Direito Humano". **(Anexo 2, p. 20)**
3. "Maçonaria e Cidadania no séc. XXI", pelo I.º José António R. M. Ramalho (Padre António Vieira) da R.º.L.º Udjat nº215, a Or.º do Porto da Grande Loja Simbólica de França e Países Associados O.º.I.º.R.º.A.º.P.º.M.º.M.º. **(Anexo 3, p. 22)**
4. "Causa Animal/Ambiental e Maçonaria: Reflexões de uma I.º.", pela Ia.º Manuela Tavares da R.º.L.º Gaia, a Or.º do Porto da Federação Portuguesa do "Direito Humano". **(Anexo 4, p. 27)**
5. "Filantropia: do Templo à Polis", pela Ia.º Alexandra Mota Torres da R.º.L.º Kairós, a Or.º do Porto, da Grande Loja Feminina de Portugal. A comunicação foi lida pelo I.º Hugo Gomes, V.º.M.º da R.º.L.º Gaia em virtude da ausência da Ia.º na sessão. **(Anexo 5, p. 30)**
6. "Deveres sociais de um franco-maçom", pela Ia.º Elisabeth Pinto Pires Rodrigues da R.º.L.º Harmonia 1114, a Or.º do Rio de Janeiro, da Federação Brasileira do "Direito Humano". A comunicação foi lida pelo I.º Hugo Gomes, V.º.M.º da R.º.L.º Gaia em virtude da ausência da Ia.º na sessão. **(Anexo 6, p. 33)**

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A **primeira comunicação** coloca o enfoque na noção de cidadania, direitos e deveres, mas também nas posturas como reivindicações, interesse pela coletividade, envolvimento na família, no bairro, no trabalho, na escola e a participação em associações. A partir desta ideia, o I.º desenvolveu a sua comunicação em torno do papel fundamental das ONGs na amplitude da cidadania.

A **segunda comunicação** questiona os diversos deveres que o maçom, e todo o cidadão, tem para com o ambiente, sobretudo no que diz respeito a atitudes de proteção, cuidado e promoção ativa da sustentabilidade.

A **terceira comunicação** recorda que a Maçonaria, como Associação de Homens Livres, confere ao maçom, obrigações e deveres sociais e ambientais, não só de escala local, mas também global. Na sua essência, o texto fundamenta os valores práticos de cidadania, insertos e

justificados no cumprimento dos deveres e direitos que sustentam o ideário e o ideal democrático.

A **quarta intervenção** interpela as consciências maçónicas, e de todos os cidadãos, para o problema da ecologia animal, sobretudo para a sensibilização atinente aos direitos dos animais.

A **quinta intervenção** esclarece o papel da filantropia na Maçonaria, sobretudo por via do desenvolvimento intelectual e aperfeiçoamento moral dos IIs. O texto desenvolve ainda o trabalho de construção de cada irmão para que possa acompanhar as mudanças no mundo, mantendo a grandeza do compromisso com a tradição e com a transmissão de valores.

A **sexta intervenção desenvolve** o tema da responsabilidade social do Franco-Maçom em torno das ações de conhecer, agir e transformar, entendido como um construtor do bom e do bem.

2. EIXOS DE INTERVENÇÃO FUTURA (PREFERENCIAIS)

EIXO DE INTERVENÇÃO FUTURA

Maçonaria - Gnose Cristã e Heresia

Postura de um Maçon no mundo profano

Maçonaria: singularidade ou pluralidade

O género

O sentido e o lugar de uma obediência maçónica mista

Igualdade de género e de Oportunidades Mitos e Constrangimentos e Quotas

Maçonaria e Ambiente

A cultura maçónica em Portugal: publicações, escritores, livros...

Ambiente mais técnico

O papel da maçonaria na sustentabilidade (ambiental, económica e social)

Maçonaria e o poder local

A intervenção da maçonaria nas questões de igualdade de género.

O papel do Maçon como agente de mudança na Comunidade que o rodeia.

Maçonaria e a Eutanásia: Perante o S.º A.º; A ética médica (juramento de Hipócrates); A Filosofia Reencarnacionista.

Filantropia activa na Sociedade Portuguesa

O papel da Maçonaria na história universal

Maçonaria operativa, o que fazer pelo equilíbrio dos que andam perdidos?

Maçonaria e associativismo como meio de actuação na sociedade civil.

Maçonaria e Apoio Social

Algo relacionado com o lado mais esotérico da Maçonaria

Nota: Os temas descritos resultaram de uma auscultação a todos os IIs que estiveram presentes na Sessão/Debate e que configuram propostas para uma eventual reflexão.

∴ SUGESTÕES/COMENTÁRIOS

Sugestão/Comentário

Prosseguir iniciativas que conduzam ao estabelecimento e fortalecimento dos laços Inter-Obediências.

Continuar a manter a nossa genuína e calorosa egrégora.

Focalização em menos temas para não haver dispersão nas intervenções.

Felicitações à loja Gaia pela iniciativa e por desejar abrir os nossos valores ao conhecimento público.

É muito importante organizar encontros deste tipo com regularidade. Seria óptimo conseguir fazê-lo pelo menos duas vezes por ano.

Esta é uma boa forma de sensibilizar a opinião dos maçons e não só.

Mesmo Interessante este tipo de questionário.

Devíamos fazer uma reunião de coordenação entre as várias Lojas (não obediências porque senão não se conseguem ultrapassar alguns constrangimentos) e planear uma acção comum que permitisse, por exemplo, assegurar um evento anual comum e publico.

Publicação de livros/revistas com o tratamento/entendimento maçónico de temas culturais e sociais, compilando várias reflexões dos II.'.

Especular apenas um tema de cada vez. Convidar conferencistas não Maçon para temas especiais, ex.: a morte ou a eutanásia.

Para melhor compreensão e profundidade de debate, teria sido conveniente um intervalo a meio dos trabalhos, ou seja, apresentação de pranchas, seguidas de debate e intervalo, e não apresentação de todas e intervalo seguido de debate, o que cria algum cansaço e resistência da atenção aos conteúdos, levando à perca de atenção.

Formidável iniciativa.

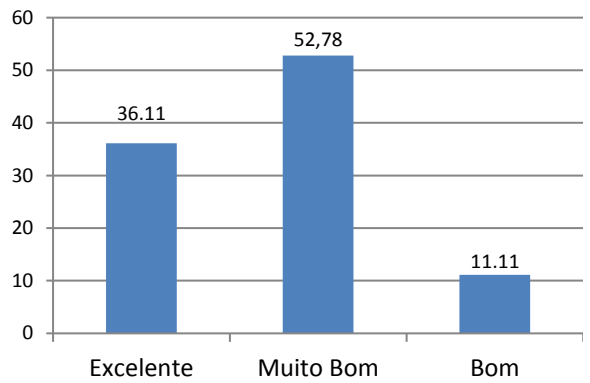
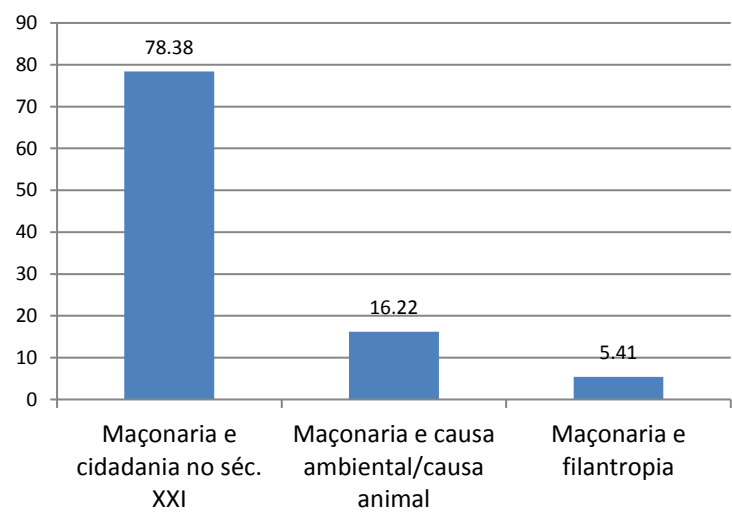
Sessões debate de 2 dias, com o objectivo de permitir maior aprofundamento das questões.

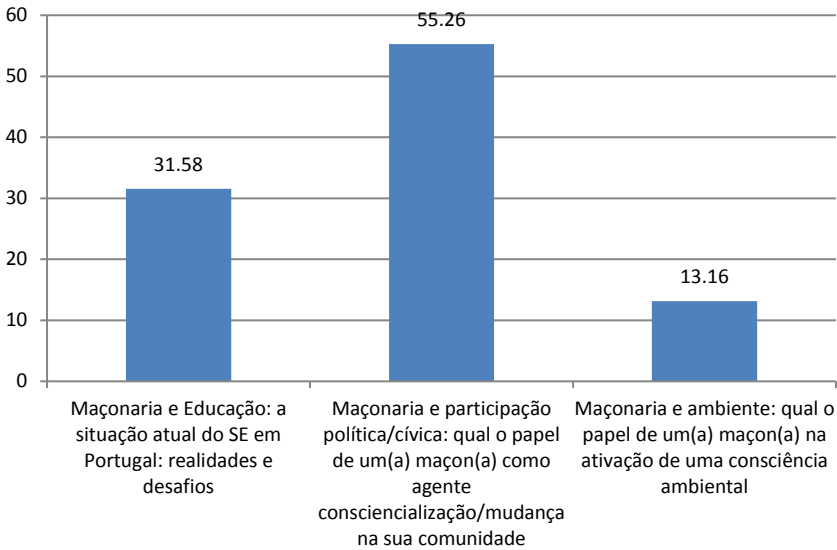
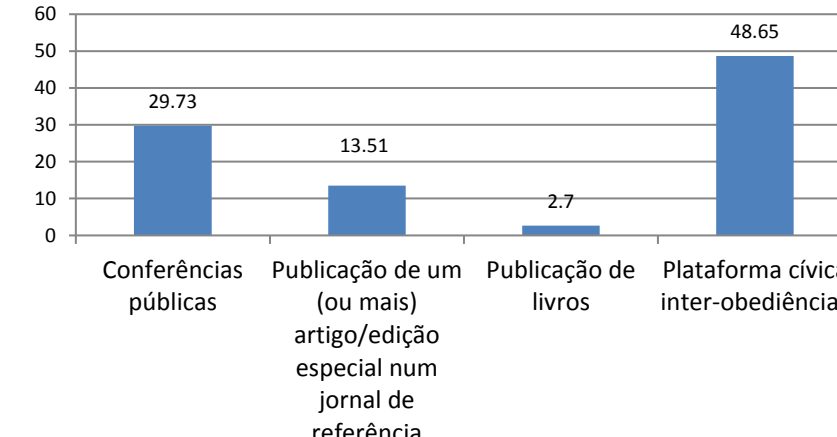
Nota:As sugestões/comentários resultaram de uma auscultação a todos os IIs que estiveram presentes na Sessão/Debate.

1. SÍNTESE DOS RESULTADOS EXTRAÍDOS DO INQUÉRITO ON-LINE

O inquérito on-line configurou uma breve auscultação a todos os IIs que participaram na Sessão/Debate. Foi estruturado em oito questões, cuja relevância nos acrescentou alguma reflexão analítica, a recuperar em iniciativas congéneres futuras.

Excetuam-se desta síntese os eixos de intervenção futura (questão 6), bem como as sugestões e comentários (questão 8), porquanto já se encontram descritos nos dois pontos anteriores.

Questão 1:	Avaliação								
De uma forma geral, como classifica a realização desta sessão/debate?	 <table border="1"><thead><tr><th>Classificação</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>Excelente</td><td>36.11</td></tr><tr><td>Muito Bom</td><td>52.78</td></tr><tr><td>Bom</td><td>11.11</td></tr></tbody></table>	Classificação	Porcentagem	Excelente	36.11	Muito Bom	52.78	Bom	11.11
Classificação	Porcentagem								
Excelente	36.11								
Muito Bom	52.78								
Bom	11.11								
Questão 2:	Avaliação								
Tempo de intervenções	Média = 4,19 (escala de 1 a 5)								
Questão 3:	Avaliação								
Organização da sessão (comunicação, intervenções e logística)	Média = 4,31 (escala de 1 a 5)								
Questão 4:	Avaliação								
Qual/ quais dos temas desta sessão-debate suscitou maior interesse?	 <table border="1"><thead><tr><th>Tema</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>Maçonaria e cidadania no séc. XXI</td><td>78.38</td></tr><tr><td>Maçonaria e causa ambiental/causa animal</td><td>16.22</td></tr><tr><td>Maçonaria e filantropia</td><td>5.41</td></tr></tbody></table>	Tema	Porcentagem	Maçonaria e cidadania no séc. XXI	78.38	Maçonaria e causa ambiental/causa animal	16.22	Maçonaria e filantropia	5.41
Tema	Porcentagem								
Maçonaria e cidadania no séc. XXI	78.38								
Maçonaria e causa ambiental/causa animal	16.22								
Maçonaria e filantropia	5.41								

Questão 5:	Avaliação										
<p>No decorrer da sessão existiram três blocos temáticos principais que foram considerados por vários participantes. Quais os que consideras pertinentes para uma próxima sessão?</p>	 <table border="1"> <caption>Data for Questão 5 Evaluation</caption> <thead> <tr> <th>Topic</th> <th>Percentage</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maçonaria e Educação: a situação atual do SE em Portugal: realidades e desafios</td> <td>31.58</td> </tr> <tr> <td>Maçonaria e participação política/cívica: qual o papel de um(a) maçom(a) como agente consciencialização/mudança na sua comunidade</td> <td>55.26</td> </tr> <tr> <td>Maçonaria e ambiente: qual o papel de um(a) maçom(a) na ativação de uma consciência ambiental</td> <td>13.16</td> </tr> </tbody> </table>	Topic	Percentage	Maçonaria e Educação: a situação atual do SE em Portugal: realidades e desafios	31.58	Maçonaria e participação política/cívica: qual o papel de um(a) maçom(a) como agente consciencialização/mudança na sua comunidade	55.26	Maçonaria e ambiente: qual o papel de um(a) maçom(a) na ativação de uma consciência ambiental	13.16		
Topic	Percentage										
Maçonaria e Educação: a situação atual do SE em Portugal: realidades e desafios	31.58										
Maçonaria e participação política/cívica: qual o papel de um(a) maçom(a) como agente consciencialização/mudança na sua comunidade	55.26										
Maçonaria e ambiente: qual o papel de um(a) maçom(a) na ativação de uma consciência ambiental	13.16										
Questão 7:	Avaliação										
<p>Quais das sugestões abaixo indicadas gostarias de ver concretizadas, de forma a veicular os valores e princípios universais da Maçonaria para o mundo profano?</p>	 <table border="1"> <caption>Data for Questão 7 Evaluation</caption> <thead> <tr> <th>Suggestion</th> <th>Percentage</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Conferências públicas</td> <td>29.73</td> </tr> <tr> <td>Publicação de um (ou mais) artigo/edição especial num jornal de referência</td> <td>13.51</td> </tr> <tr> <td>Publicação de livros</td> <td>2.7</td> </tr> <tr> <td>Plataforma cívica inter-obediências</td> <td>48.65</td> </tr> </tbody> </table>	Suggestion	Percentage	Conferências públicas	29.73	Publicação de um (ou mais) artigo/edição especial num jornal de referência	13.51	Publicação de livros	2.7	Plataforma cívica inter-obediências	48.65
Suggestion	Percentage										
Conferências públicas	29.73										
Publicação de um (ou mais) artigo/edição especial num jornal de referência	13.51										
Publicação de livros	2.7										
Plataforma cívica inter-obediências	48.65										

.'. Mensagem Final

Quero sublinhar que esta síntese só foi possível graças à participação de todos os IIs, não só na sessão, mas também na brevidade de resposta. Olhando para estes resultados poderemos, em conjunto, refletir sobre outras temáticas que permitirão desenvolver o nosso trabalho, com a atenção que exigem e merecem.

Na realidade, os desafios da sociedade e da cidadania pós-modernos colocam-nos perante uma séria inevitabilidade, a de participar ativamente no mundo profano, mas com os mais altos valores maçónicos.

Um caloroso abraço fraterno

Alvaro Gomes

V.'.M.'. .

.'. ANEXOS (Comunicações apresentadas)

Anexo 1

OS DEVERES SOCIAIS DE UM FRANCO-MAÇON - *Maçonaria e Cidadania no Séc.XXI* OS VALORES DA MAÇONARIA NO VOLUNTARIADO DAS ONGs - Uma Experiência Pessoal

A noção de cidadania abrange toda a acção da vida social, ambicionando direccionar o conjunto de direitos e deveres das pessoas, podendo-se entender a cidadania a englobar posturas como reivindicações, interesse pela coletividade, envolvimento na família, no bairro, no trabalho, na escola e, nomeadamente, com a participação em associações.

O mundo assistiu, a partir do início da segunda metade do século XX, a um florescimento de organizações, ditas do terceiro sector, a um ritmo e dimensão tais que as tornaram um pilar fundamental da vida em sociedade. Desde associações de direitos humanos, ecologistas ou de defesa do consumidor, até às fundações, instituições de solidariedade social e agremiações de beneficência, estas organizações dispõem hoje dum poder que as torna apetecidas por quem detém o comando governamental dos mais variados países. Muitas delas têm já ramificações internacionais que as tornam verdadeiras multinacionais da sua área de actividade, ombreando em capacidade de influência com muitas multinacionais da economia com fins lucrativos. Não é por acaso que estas se envolveram nos últimos anos com entidades agregadoras de políticas de responsabilidade social. Além das conhecidas pela sigla ONGs (Organizações não Governamentais), outras existem com um vínculo mais próximo do poder político, como as OIGs (Organizações Intergovernamentais, como o Conselho da Europa), as OQGs (Organizações Quase Governamentais, como certas Entidades Públicas), as OPGs (Organizações Para-governamentais, como as Entidades Reguladoras) e outras com perfis de maior ou menor independência dos Estados. Havendo, muitas vezes, uma fronteira difusa entre estes tipos de organizações, que gerem bens e serviços de interesse público e privado sem propósitos lucrativos, normalmente têm como ponto comum o objectivo de prestação de serviço público. Um estatuto especial deve ser concedido às organizações de cariz religioso, devido ao seu carácter identitário reconhecido pelo ordenamento jurídico internacional, resultante do poder espiritual que detêm sobre os seus fiéis e da capacidade económica que supera a de muitos Estados.

Chegados ao segundo decénio do século XXI interessante é verificar alguns passos da evolução histórica destas organizações, assim como perspectivar o seu papel no futuro próximo. Tendo muitas das ONGs nascido ligadas a nobres objectivos, esse seu cordão umbilical tem-lhes garantido a sobrevivência apoiada em actividades que fazem a ponte entre o passado e o presente. No entanto, mesmo que algumas das actividades que desenvolvem continuem a ser de interesse para comunidade, a sua existência tem-se vindo a tornar de grande relevância para a credibilização do sistema político vigente (pretensamente democrático), tonando-se numa muleta fundamental para a sustentação do modelo político-económico-social em vigor na generalidade do mundo ocidental, perdendo o estatuto reconhecido ainda não há muito tempo de organizações temidas pelas instâncias governamentais. Não é por acaso que as ONGs estão a passar de organizações independentes e respeitadas para parceiros que contestam algumas medidas mas não põem em causa os pilares do sistema.

Na época dourada da explosão do activismo genuíno (dos anos setenta aos anos noventa do século passado), as ONGs nasceram fruto da constatação da necessidade da sua existência para pressionar o poder político, no sentido das causas que estavam na sua identidade pudessem merecer uma maior atenção, como entidades específicas de âmbito nacional ou como ramos de organizações internacionais já existentes na área de intervenção. A iniciativa da sua criação partiu dum conjunto de pessoas idealmente motivadas por uma causa, sem interesses de espírito lucrativo ou de poder pessoal. A adesão a essa entidade foi feita partilhando a comunhão dos princípios, na base da igualdade associativa, quer na expressão de opiniões, quer no acesso aos lugares de direcção. Esta era composta por activistas do respectivo sector de actividade, exercendo os cargos directivos sem qualquer remuneração ou incentivo monetário, em acumulação com a ocupação profissional respectiva. A maioria nem sequer utilizava o direito de faltar ao trabalho nos sectores em que o quadro legal tal permitia. As instituições traduziam uma identificação total com as causas a que se dedicavam, sendo estas sustentadas em princípios e valores de adesão profunda, gerando credibilidade e consistência na sua aceitação. A sua gestão, que continha como receitas apenas as quotas dos associados e algum eventual donativo, pautava-se pela defesa da causa como objectivo quase único, sem obediências excessivas a critérios de rentabilidade, de aplicações financeiras ou de constituição de património para rentabilização de capital (por exemplo, a Amnistia Internacional Portugal tem, há anos, várias centenas de milhar de euros em depósitos a prazo que deveriam estar a ser utilizados em campanhas em prol das vítimas de direitos humanos). Esses activistas pautavam-se pela dedicação generosa a causas no verdadeiro sentido do termo.

Esta postura das instituições e dos seus dirigentes tem vindo a sofrer uma desvirtuação profunda. Por um lado, as ONGs tendem a tornar-se dependentes do modelo economicista, quer em sistemas de gestão, quer na implementação de regras dos mercados de que a angariação de fundos é um exemplo. A ética dos processos e as causas de base da existência das ONGs ficaram hipotecadas a este modelo (O Clube Bilderberg integra nas suas reuniões anuais membros das mais influentes ONGs mundiais). Por outro lado, os seus dirigentes e ativistas tendem a deixar de ser militantes da causa mas sim interesseiros nos resultados e nos processos utilizados. A gestão e vivência no interior das organizações passaram a incorporar muitas práticas das empresas de teor neoliberal, quase apagando a base humanista que as devia nortear.

A esta mudança do paradigma de funcionamento não escapam ONGs que granjearam credibilidade e cujo prestígio obtido permite ainda alguma notoriedade pública. Quase se pode dizer que vivem à custa do capital de reconhecimento alcançado no passado. São disto exemplo ONGs de direitos humanos, sindicais, de defesa do consumidor, de serviço à comunidade e de certas obediências da Maçonaria, cujas práticas utilizadas, na importância que é dada à sobrevivência institucional, à gestão financeira, à angariação de fundos e à constituição de provisões e aplicações financeiras de montantes excessivos e em instituições financeiras de duvidosa postura ética, ou no recrutamento de novos membros/associados sem identidade ideológica, quase faz parecer que o que é importante é ter muitos associados e o recebimento do valor da jóia e quotas, ou, ainda, utilizando na sua estrutura de funcionamento posturas pouco recomendáveis na gestão de pessoal, recorrendo a trabalhadores precários e/ou independentes ao arrepio das funções efectivamente exercidas. Muitas ONGs estão a passar de organizações fraternas a organizações quase sem calor, sem afecto, sem amor, sem alma, tratando as temáticas do seu objecto social quase de forma tecnocrática, ainda que este trabalho continue a revelar-se de interesse para a comunidade. Tal pode ser constatado no apagamento que se assiste nestas organizações perante o atropelo em curso das mais elementares regras de cidadania, apagamento esse que se torna conivente com uma vivência em sociedade ao arrepio dum todo harmonioso.

A par com a evolução de filosofia de gestão, tem-se vindo a assistir, também, a uma alteração nas relações entre associados, dirigentes e funcionários dos secretariados. Como exemplos podem-se evidenciar a diminuição abissal da participação dos associados na vida das instituições, a “profissionalização” e a pouca rotação de muitos dirigentes, assim como o poder dos seus secretariados.

Relativamente à diminuição do contributo dos associados tal pode ser constatado com a escassa participação nas assembleias gerais e nos actos eleitorais nos casos em que essa

participação tem carácter voluntário. Basta referir que três grandes ONGs, como são a secção portuguesa da Amnistia Internacional (A.I.-P.), a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e o Automóvel Clube de Portugal (ACP), com muitos milhares de associados, tiveram as suas últimas assembleias gerais, de aprovação de contas e de planos de actividades, com a presença de poucas dezenas de sócios. Noutras organizações, como, por exemplo, os clubes rotários, as eleições e a decisão dos planos e contas das governadorias distritais e da fundação rotária são feitas pelos clubes e seus delegados e não pela universalidade dos companheiros, estando a participação nas assembleias e conferências distritais muito abaixo do total de companheiros existentes em todos os clubes rotários. Recuando no tempo, verifica-se uma alteração significativa nessa participação, diminuindo a participação democrática dos associados na vida das entidades a que aderem.

Um outro factor preocupante na cristalização da vida associativa prende-se com a reduzida rotação de dirigentes. Isto deriva da já referida pouca participação dos associados, do “assalto e conservação” do poder pelos dirigentes instalados e da especialização do exercício das funções directivas que dificulta a ascensão de novos dirigentes. Acresce a isto que a manutenção em exercício dos mesmos dirigentes interessa ao poder político/económico, pois as relações pessoais que se vão criando inibem posturas de contestação que se justificariam em certas circunstâncias. Esta relação facilita a promiscuidade crescente entre entidades que se queriam independentes, deixando uma imagem de hipocrisia nalguns ditos defensores dos direitos ambientais, humanos, do consumidor ou do sector social.

Já sobre o poder crescente dos secretariados das ONGs (funcionários e dirigentes com funções executivas) tal tem a ver com a especificidade do seu trabalho que faz com que, ao fim de pouco tempo, raros são os associados que conseguem manter-se actualizados e operantes em pé de igualdade com os membros dos secretariados que, trabalhando a tempo integral, acompanham e participam nos assuntos a um nível difícil de acompanhar por associados que apenas dedicam alguma parte do seu tempo livre.

Também se vem assistindo, desde há alguns anos, à “tomada do poder” por dirigentes/funcionários com interesses no poder político/económico, actuando, muitas vezes, como “comissários” destas entidades, além de utilizarem a sua ligação às ONGs para potenciarem e subirem nas suas carreiras profissionais, nos sectores privado e público.

Assiste-se, ainda, à utilização abusiva de voluntários para funções de carácter profissional inerente às necessidades essenciais do funcionamento das ONGs, assim como ao uso condenável de contratos de trabalho precário e de trabalho a termo certo para funções permanentes dos secretariados. Como exemplo, ainda recentemente o presidente da Cruz Vermelha Portuguesa divulgou que esta instituição tem 1.300 funcionários e entre 7.000 a

13.000 voluntários. Maquiavelicamente, tem-se vindo a assistir a este alastrar de utilização de mão-de-obra gratuita, que consubstancia uma prática análoga à escravatura, de que o exemplo recente de aplicação de penas de prestação de serviços à comunidade a que alguns condenados em processo penal são sujeitos, permite às entidades onde são colocados (muitas delas ONGs) utilizá-los no seu trabalho quotidiano sem encargos e obrigações inerentes a um trabalhador normal. E aquilo que poderia ser uma medida positiva (evitar o cumprimento da pena em estabelecimentos prisionais, instituições estas que são um resquício de organizações medievais de tortura e degradação do ser humano), acaba por ter os efeitos perniciosos de permitir a utilização de trabalho escravo.

Já não é com surpresa que se assiste a um incremento das relações promíscuas entre muitas ONGs e entidades do poder político/económico. O afastamento da preocupação pela fidelidade aos princípios, a tomada do poder por dirigentes com pouca exigência ética e sensíveis às benesses desse poder, assim como o assédio que as ONGs sofrem por parte daqueles de quem deviam ser os juízes e os escrutinadores, têm-nas tornado cada vez mais marionetes e serviçais da estratégia do poder político/económico. O estreitamento dos vínculos faz com que já se tenha perdido o temor e o respeito que as ONGs detiveram até um passado recente. Temor pela denúncia dos atropelos aos direitos dos cidadãos, que obtinha cobertura relevante nos órgãos de comunicação social, e respeito pelo carácter íntegro das organizações e seus dirigentes. Quase se pode dizer que se inverteu a relação de temor, parecendo que hoje são as ONGs que têm medo de ofender o poder político-económico-financeiro.

Este estreitamento de relações conduz já à fusão de interesses, nomeadamente na gestão das participações financeiras das ONGs. Esta preocupação na constituição de activos e sua gestão leva a que não se olhe à credibilidade das instituições com quem se negocia. Prova disto são as aplicações de vulto que as ONGs fazem em bancos e instituições financeiras envolvidas em actos censuráveis do ponto de vista ética e até criminal. Basta referir as entidades envolvidas na “Operação Furacão” e “Monte Branco”, que ainda decorre em Portugal, possuidoras de aplicações de ONGs, assim como da descoberta dos activos de grande risco destas ONGs, aquando do descalabro do LehmanBrothers, que pôs em causa programas fundamentais da vida das instituições, de que é exemplo o caso de RotaryInternational cujas perdas financeiras levaram à redução e suspensão de programas em curso na altura. Estas aplicações financeiras foram reconhecidas como de grande risco, inaceitáveis em organizações que querem fazer com que o rigor e idoneidade sejam parte importante da sua imagem pública.

À vulnerabilidade que atitudes deste tipo arrastam para as ONGs crescem os privilégios que lhes têm vindo a ser atribuídos pelo poder político, nomeadamente de natureza fiscal e de

benefícios específicos de natureza material e pessoal, afectando a independência que devia ser a bandeira dessas organizações e dos seus dirigentes e associados. Disto são exemplo as múltiplas formas de subsídios para parcerias, acções de formação e estágios profissionais, e os apoios para a realização de acções que visam colmatar insuficiências na sua área de intervenção, revelando um oportunismo pouco consentâneo com a elevada postura ética exigível a organizações que se querem credíveis, acções estas difíceis de denunciar politicamente já que são tratadas de forma abonatória pela opinião pública.

Para a afectação da imagem de independência, isenção e imparcialidade das ONGs tem contribuído, significativamente, a acção dos diferentes tipos de *lobbies* que se têm desenvolvido a um ritmo sempre crescente. *Olobby* gay e as variantes LGBTI, o lobby económico, o lobby ambientalista, o lobby militar, o lobby social enquadrado pelas IPSS, etc..., são hoje forças poderosas que influenciam fortemente o poder político e condicionam as ONGs que operam nessas áreas (em Portugal tivemos um exemplo recente com o projecto de lei sobre a coadoção, em que o que se relevou foi a defesa da não discriminação dos casais do mesmo sexo, quase omitindo que o que estava em causa, fundamentalmente, eram os direitos das crianças, já que são estas que têm o direito a serem adotadas e não são os adultos que têm o direito de adotar. O lobby LGBTI quase conseguiu apagar a abordagem pelo lado dos interesses das crianças, parecendo que estas eram mera mercadoria). Aliás, muitas destas ONGs já estão a ser orientadas e dirigidas por esses lobbies em muitas das suas posições. Para este facto muito contribui a dependência destas ONGs dos apoios institucionais que obtêm, quer seja de natureza económica, do recurso ao trabalho voluntário ou do próprio marketing da sua promoção. O poder dos *lobbies* na vida da ONGs leva já à participação de grandes multinacionais nas suas actividades, gerando um pântano que já ganhou direito a denominação atractiva como são as políticas ditas de responsabilidade social. Para promover este pântano constituem-se entidades, como são a BCSD Portugal e a GRACE Portugal, agrupando grupos económicos poderosos, que, sob a capa do altruísmo, albergam empresas frequentemente alvo de denúncias de comportamento censurável. Basta consultar os sítios na Internet destas entidades para termos conhecimento de quem quer fazer passar a mensagem de que pratica políticas de responsabilidade social, ao mesmo tempo que praticam dumping social, trabalho precário, salários de miséria, marketing pouco ético, etc .

A evolução desta estratégia dos *lobbies* leva a que o próprio poder político acabe por ficar refém e, até, interessado nesta conjugação de interesses entre os lobbies e as ONGs, colocando estas como entidades credibilizadoras do sistema político vigente.

Condicionadas as ONGs, mais à vontade ficam os Estados para a execução de políticas autoritárias e desrespeitadoras dos direitos dos cidadãos, passando a serem Estados que se impõem pelo temor. Esta liberdade de acção para os Estados permite-lhes gerir a manipulação da opinião pública, escamoteando temas que lhes possam ser incómodos. Como exemplo, refira-se o baixar de braços relativamente às dependências das drogas, com a irrelevância das campanhas de esclarecimento e dissuasão, nomeadamente nas escolas que, com esta inacção, abrem campo ao arrebanhamento dos jovens tornando-os vítimas duma praga de que dificilmente se libertarão.

A importância destes lobbies acaba por ditar a agenda política das ONGs, colocando os seus temas na primeira linha da actualidade e não deixando espaço para outros temas mais relevantes mas que não servem os seus propósitos e interesses. Como exemplo refira-se a insuficiente importância que a problemática dos direitos humanos das crianças tem nos programas nacionais e calendário das organizações de direitos humanos, comparativamente com as causas em que lobbies poderosos estão instalados nessas organizações. Um outro exemplo pode ser a imposição da concorrência como o primado da defesa dos consumidores que tem vindo a ser seguido pela generalidade das associações de consumidores, colocando em plano secundário, ou até esquecendo que há bens e serviços que não podem ficar sujeitos à selva da concorrência, de que são exemplos a água, a energia e a generalidade dos serviços públicos essenciais – o argumento de que entidades reguladoras poderão disciplinar os sectores em questão tem-se revelado uma falácia. Acresce ainda a dependência dessas entidades reguladoras do poder político, quer na nomeação dos seus responsáveis, quer do quadro legal que cerceia a sua independência e capacidade de decisão. A ineficácia, que estas entidades reguladoras e de supervisão têm vindo a demonstrar, está patente na realidade escandalosa que se vê no sector financeiro, dos combustíveis, das telecomunicações, da energia, etc..., fazendo-se acompanhar de igual ineficácia nos mecanismos judiciais que são chamados a ajuizar os procedimentos praticados.

Uma das mais significativas alterações no quotidiano das ONGs centra-se no deslocar do enfoque das motivações nos ideais para a nova palavra na moda que é a governança. Esta preocupação pelas novas técnicas de gestão utilizadas nas instâncias do poder económico-financeiro aproxima, também aqui, as ONGs dessas instâncias, fazendo-as dedicar parte significativa dos seus recursos à governança, fragilizando a sua dedicação prioritária às causas que foram a sua génese. A prova encontra-se nos recursos humanos dedicados a este modelo de gestão e nos meios que lhe são postos à disposição, assim como na consideração que é dada à angariação e aplicação dos meios financeiros, retirando capacidade ao trabalho da causa que deveria ser a sua principal motivação.

Este enfoque da governança em detrimento do objecto que deveria ser a razão de ser da existência, é mais um fator de afastamento dos associados, já que o excessivo tempo e energia que se despende afeta a mobilização e a participação dos associados, sendo mais uma machadada na democracia que devia imperar no seu quotidiano.

Uma das consequências deste primado da governança reflete-se no peso crescente das despesas de estrutura nos custos de funcionamento das ONGs, diminuindo cada vez mais a quota parte das disponibilidades financeiras para as ações que são a razão de ser da sua existência. As próprias acções de angariação de fundos, com um poder de sedução resultante duma formação dos angariadores assente nas mais eficientes técnicas de marketing, acabam por se traduzir num peso financeiro elevado que consome uma parte significativa dos fundos angariados. Aliás, esta é, também, uma das profissões nascidas nos tempos recentes, havendo angariadores que durante um ano surgem em acções diferentes de entidades de combate a doenças específicas, organizações de direitos humanos, associações de benemerência, etc..., fazendo com que a sua ligação às entidades em que participam tenha apenas um conteúdo profissional (de natureza precária e pontual na maioria dos casos), sem que se estabeleça uma verdadeira empatia com a causa das organizações em que participam. Mesmo naqueles que o fazem em regime de voluntariado, já é visível algum cansaço e desmotivação em muitos casos. Esta importância crescente do peso da estrutura das ONGs leva a que os seus dirigentes acabem por gastar muito do seu tempo disponível nas exigências da gestão, dedicando cada vez menos tempo aquilo que é o objecto da entidade, o que faz com os dirigentes estejam a ser suplantados pelos secretariados na definição e execução das políticas a serem desenvolvidas.

Uma das outras consequências da importância de alguns modelos de governança reflete-se nas despesas financeiras bancárias de gestão, já que a passagem de ativos volumosos pelo sistema bancário envolve pagamentos de comissões de cobrança, de gestão de aplicações da conta e de transferências bancárias de dimensão significativa, ultrapassando, muitas vezes, o rendimento das aplicações financeiras (depósitos à ordem, a prazo, subscrição de títulos, etc...) que as ONGs utilizam para rentabilização dos capitais disponíveis.

A importância económica de muitas ONGs está a torná-las, em muitos casos, verdadeiras “empresas” muito semelhantes na gestão às empresas com fins lucrativos, tonando-as apetentes para o poder político no sentido de as colocar na sua órbita de influência. Por isso se assiste ao namoro sub-reptício a que são sujeitas pelo poder político-económico-financeiro. Ainda não há muitos anos as ONGs caracterizavam-se por serem organizações que viviam das quotas dos seus associados e do voluntarismo dos seus dirigentes, dedicando-se exclusivamente à causa para que foram criadas, com um secretariado reduzido ao mínimo

tendo em conta que uma grande parte do trabalho era efectuado graciosamente pelos seus dirigentes. A importância da gestão económica não era prioritária e a área financeira quase só se limitava às receitas e despesas correntes (Quando muito faziam-se algumas aplicações em depósitos a prazo mas sem peso significativo na dimensão global da associação). Na actualidade, não só os dirigentes quase deixaram de trabalhar na vida quotidiana das associações, agora servidas por secretariados profissionais com alguma dimensão, como passaram a exigir volumosos meios financeiros cuja gestão segue o modelo que privilegia as aplicações de capitais, mesmo que tal redunde em diminuição das acções em prol da razão de ser da entidade.

Esta característica, agora relevante, aumenta o apetite do poder político-económico-financeiro pelo seu controle, infiltrando com os quadros dos seus aparelhos os órgãos de direcção e secretariados das ONGs. Esta interpenetração facilita a permuta e o acesso a processos de obtenção de meios financeiros, de que a utilização de fundos para formação e realização de estudos e projetos são exemplos nalguns casos. Acresce a realização de campanhas de angariação de fundos, com ampla cobertura pública, assim como a venda de produtos com algum tipo de associação ao objecto da entidade. Por outro lado, à medida que a organização adquire dimensão abre-se o campo para a celebração de protocolos com entidades fornecedoras de bens e serviços, o que contribui para o aumento da sua dimensão económico-financeira, alargando a apetência para a sua tomada de poder e controle.

A análise dos relatórios e contas destas entidades corrobora esta asserção. Não só as despesas para a manutenção dos secretariados e dos dirigentes profissionais adquirem uma dimensão significativa, como, nalguns casos, as aplicações financeiras, nos diversos instrumentos colocados à disposição pelas entidades bancárias e afins, assumem valores relevantes.

Em síntese, podemos afirmar que existem ONGs cuja dimensão económico-financeira as coloca no campo das grandes organizações da economia com fins lucrativos, exigindo dirigentes e secretariados com competências técnicas de gestão que não necessariamente no domínio para que foram criadas, restringindo o activismo e a percepção da vida da entidade.

O momento histórico que atravessamos caracteriza-se por uma falsa denominação de democracia nos regimes políticos do mundo dito civilizado (nos noutros países a cleptocracia, o despotismo e as ditaduras das mais diversas matizes marcam a sua presença indisfarçável), característica esta que se estende a muitas ONGs.

E assistimos à denúncia dessa falsidade, da prática de políticas ao arrepio dos compromissos assumidos, inclusivamente por organizações intergovernamentais, como por ex; o Conselho da Europa, o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), a OCDE, etc... .Um dos exemplos mais chocantes passa-se no sistema educativo em que, apesar das

denúncias destas entidades de que as crianças e os jovens não estão a ser o foco das políticas educativas, os governantes insistem no modelo ultrapassado do ensino predominantemente expositivo, ignorando que os jovens de hoje adquirem a maioria da sua formação através das tecnologias de informação e comunicação. Este exemplo, que se pode alargar a outros como a Universidade Aberta, Canais de TV temáticos, motores de busca direccionados, etc. que, utilizando meios audiovisuais mais assertivos, profundos, disponíveis e abrangentes do que qualquer aula presencial, mostram como o êxito do sistema de ensino está a ser posto em causa por políticas míopes centradas num economicismo de curto prazo que hipoteca o futuro das novas gerações, violando o direito à educação constante de referenciais jurídicos internacionais a que os Estados estão obrigados e provocando o afastamento acelerado do sistema de ensino da realidade quotidiana.

E perante isto o que fazem as ONGs? Algumas delas limitam-se à defesa dos interesses corporativos dos seus profissionais e associados, enquanto outras entram em jogos de negociação defraudando a confiança que nelas se depositou para a defesa intransigente dos direitos dos cidadãos (adultos, crianças e jovens).

Será isto próprio de sistemas políticos que se dizem democráticos e de ONGs que deveriam ser instrumentos de fiscalização e de pressão sobre estas práticas? Porque será que a abstenção é cada vez maior nas eleições nacionais e nas das ONGs? Porque será que as Assembleias Gerais das ONGs são participadas por tão reduzido número de associados que, muitas vezes, não chegam sequer ao número dos que compõem os órgãos sociais?

Importantes ONGs, tal como actualmente existem, não são organizações democráticas no seu funcionamento real. Convocam assembleias gerais (já não por carta mas por anúncio nas suas revistas ou por email), realizam eleições, difundem comunicados, editam revistas ou newsletters, mas os associados pouco ou nada participam. Em consequência, há pouca rotatividade de dirigentes, provocando a tomada do poder por militantes com interesses diretos nessa qualidade, como trampolim para outros voos, introduzindo uma promiscuidade de interesses nada prestigiante para o objecto específico da ONG.

No que toca ao papel das ONGs ligadas às confissões religiosas, é inegável a sua importância na formação da opinião e das posturas dos cidadãos em todas as áreas da vida em sociedade. Com a importância que lhe é reconhecida destaca-se, em Portugal e em muitos outros países, a Igreja Católica. Com a sua organização multifacetada, cobrindo praticamente todos os domínios, a Igreja Católica influencia não só os seus fiéis, como, também, os órgãos de poder e as próprias ONGs. E não se diga que esta influência é homogénea pois tal não se verifica. A própria Igreja Católica tem no seu seio uma multiplicidade de organizações com formas de pensamento e acção muito distintas. Bastará referir o movimento internacional “Nós Somos

Igreja” que é favorável à ordenação de mulheres, ao casamento de padres e tem uma posição de abertura à discussão sobre o aborto. Ou um outro exemplo é a Sociedade de S. Vicente de Paulo cuja sede internacional é em Paris e não em Roma, sendo os seus dirigentes eleitos a todos os níveis pelas bases respectivas (A Regra da Sociedade de S. Vicente de Paulo não permite que padres desempenhem cargos dirigentes na organização, aconselhando todavia a existência de padres como conselheiros espirituais). Esta diversidade, desconhecida da generalidade da opinião pública, permite uma intervenção alargada e transversal em todos os setores da sociedade, influenciando o poder político-económico-financeiro e alargando o seu âmbito de poder a todos os níveis. Não ignorando a caracterização política do Vaticano como cidade-Estado, com representações diplomáticas em quase todos os países do mundo, as suas organizações que atuam dentro de cada país assumem um papel da maior relevância, atuando, em muitos casos, com total independência da hierarquia da Igreja Católica e mesmo, até, com posições divergentes. Por isso se diz, com plena propriedade, que os maiores críticos da Igreja estão dentro dela própria, com a particularidade de saberem do que falam.

A dimensão humana e económico-financeira é extremamente relevante. Por exemplo, estima-se que as IPSS em Portugal, na maioria ligadas à Igreja Católica, empreguem mais de 200.000 pessoas, tonando-as um lobby poderoso e incontornável para qualquer governo, já que só na denominada economia social gravitam cerca de 50.000 organizações que, recebendo, do Estado, cerca de mil e duzentos milhões de euros por ano, movimentam anualmente cerca de três mil milhões de euros. A acção das organizações ligadas à Igreja Católica estende-se, através das dioceses ou de instituições eclesiais, a 24 hospitais; 136 ambulatórios e dispensários; 908 casas de idosos, doentes ou deficientes; 102 orfanatos ou centros de infância, 602 creches; 90 consultórios e centros de defesa da vida e da família; 29 centros especiais de educação ou reinserção social e 496 outras instituições (Dados de 2014). Acresce ainda a multiplicidade em que se desdobram as instituições, tomando, por exemplo a Sociedade de S. Vicente de Paulo que, através dos seus 15.000 membros, agrupados em cerca de 1.000 conferências vicentinas, apoia os mais pobres e necessitados em todo o país.

Uma parte significativa das organizações religiosas têm regimes fiscais específicos. Em muitos casos de isenção de impostos e, até, de não exigência de contabilidade organizada, ficando-se pela escrita de “merceeiro” do Deve e Haver. Muitas das suas angariações de fundos e de bens não têm qualquer suporte de passagem de recibo formal nem comprovativo de recebimento com as características fiscais exigíveis, confiando-se na idoneidade das pessoas intervenientes. Muitas das considerações referidas para as ONGs aplicam-se, também, às organizações ligadas às confissões religiosas, acrescentando-lhes a sua particularidade específica.

Do exposto ressalta a necessidade de repensar a cidadania na base do voluntariado nas ONGs, aprofundando a prática efectiva da liberdade, igualdade e fraternidade no seu quotidiano. A Maçonaria não se pode alhear da importância e influência dessas organizações, sob pena de apagamento dos seus valores na condução dos destinos da sociedade.

Como nos exorta o filósofo contemporâneo Michel Onfray *“Mais do que nunca, a tarefa da filosofia é resistir, mais do que nunca ela exige a insurreição e a rebelião, mais do que nunca ela deve incarnar os gérmes da insubmissão.”*

A Maçonaria deve ser insubmissa perante os atropelos aos seus valores e impulsionar a sua integração em todas as formas de cidadania.

Porto, 18 de Março de 2017 (e.:v.:)

I.'. Voltaire

R:..L:..Estrela do Norte – Or:..Porto

Nota:

Esta comunicação contém excertos do livro (ebook), de minha autoria, com o título “ONGs – Passado e Presente. Uma experiência pessoal”

ISBN: 978-989-20-4973-1

eBook -<http://www.leyaonline.com/pt/pesquisa/pesquisa.php?chave=ONG>

Anexo 2

Sou Maçon logo protejo o ambiente

Que deveres tenho para com o ambiente? Proteção, cuidado, promoção ativa da sustentabilidade.

Enquanto cidadã (Homem ou Mulher), membro de pleno direito de uma comunidade tenho deveres para comigo e para com os outros. Que dever tenho para com o espaço, os seres e as coisas, que dever tenho para a terra, o ar, a água o fogo?

Que responsabilidade tenho em manter e em melhorar e em multiplicar as condições sem as quais não vivo? Todos existimos num dado espaço, tudo e todos precisamos de um espaço que tenha condições de existência.

Há um buraco na árvore como posso recupera-lo para salvar a minha sombra? Eis a questão.

Todas as opções se fazem num espaço e nas condições desse espaço, condições humanas, condições físicas, condições históricas, condições pessoais.

o Diretor Geral da Saúde (que preço) no dia 14 Março (citado pela Lusa no Observador), disse que *"o Instituto Ricardo Jorge identificou a causa efeito entre as secreções pulmonares de um doente com pneumonia provocadas por uma bactéria que é a mesma detetada na água da torre de arrefecimento da respetiva empresa fabril"*.

É um imperativo categórico (*Legislador Universal - Age como se fosses, nas leis que estabelece sempre um membro legislador no reino universal dos fins*).

O facto de proteger o ambiente não implica que se seja cidadão, isto é Lógica: um gatinho limpinho também protege o ambiente, não o maltrata. A sua ação deixada ao acaso pode ter efeitos desastrosos para o ambiente (todos sabemos que um terreno não cultivado em pouco tempo se toma estéril com a presença de gado ovelhas ou cabras, os parasitas, a contaminação das águas, etc.).

Ter uma acção conforme ao ambiente, não intrinsecamente destrutiva é o mínimo de humanidade. "Não matarás" hoje é também "não matarás a natureza!"

A barragem de Fundão cedeu no passado dia 5 de Novembro originando uma enxurrada de 50 milhões de metros cúbicos de lama com resíduos de minério e químicos. A torrente de lama atingiu várias localidades, entre as quais se destaca a de Bento Rodrigues, que foi a mais afetada, destruindo tudo à sua passagem.

Pelo menos 11 pessoas morreram, existindo ainda vários desaparecidos e a onda de lama chegou ao rio Doce que tingiu parcialmente de laranja, dizimando os peixes e

comprometendo o abastecimento de água potável de milhões de pessoas. (Filipa Alves-Naturlink em 19 Novembro 2015)

Todas as opções se fazem num espaço e têm consequências nesse espaço.

Abusar da terra é o problema. Destruir a possibilidade de regeneração é o problema!

O cidadão que despreza os risco da sua conduta no ambiente viola um dever de cidadania um dever de acção concreto, de respeito, cuidado e protecção consigo e com os outros.

Naturalmente o homem não viola o ambiente. A violação insuportável do ambiente é o abuso; ocorre quando se desvaloriza o futuro de todos incluindo eu, em função do meu ganho presente que usurpa (ainda que legalmente autorizada) em proveito próprio os bens comuns não renováveis da humanidade no presente.

A flor-de-lis no dia a dia gravada nas pedras mostra hoje o tempo passado e faz-nos recordar que fundamentação do poder do Estado evoluiu da origem divina do poder dos Reis para a origem do poder político no povo; o Concílio de Latrão (V) para a apologia do trabalho e damudança efetiva de cada homem que fundou a Reforma e as conceções de Estado posteriores. O maçom tem de agir como flor-de- liso.

Quero dizer não parece que seja coerente ser-se cidadão hoje sem assumir a urgência concreta de recuperar o ambiente e de dar ao planeta condições e promover ativamente a regeneração do ambiente, seja pelo plantio de árvores, como através da punição do abate ilegal de outras, seja pela punição das descargas tóxicas (envenenamento) nos rios, seja pela construção de redes públicas de aproveitamento das águas pluviais e seu tratamento.

Disse

Ana Paula Barros

À Glória do Grande Arquitecto do Universo

Rite Primitif
Paris 1721
Rite Primitif des Philadelphes
Narbonne 1779



Rite de Misraïm
Venise 1788
Rite de Memphis
Montauban 1815

Maçonaria e Cidadania.

A Maçonaria, como Associação de Homens Livres (Iniciados), porque falamos de uma Ordem Iniciática e a Iniciação do Maçom lhe confere, também, obrigações e deveres sociais e ambientais, reflecte-se (espelha-se) no “Mundo”. De Cidadania, no exercício, prática, vivência em sociedade com deveres e direitos e como ideal democrático!

.....

Nos últimos anos do século passado e início deste século XXI, vimos muitas vezes formulada a questão – que papel para a Franco Maçonaria no séc. XXI? Vimos mesmo esta questão ser colocada com algum sentido de arrogância... por alguns dos nossos detractores - então numa época de grandes avanços culturais, científicos, sociais, ... na era da globalização e da democracia... haveria ainda alguma razão para reconhecer à vetusta associação dos homens e mulheres excêntricos do avental algum papel significativo? Faria sentido ser Franco Maçom no séc. XXI? E que papel poderia desempenhar a Franco Maçonaria nos dias de hoje? Que desafios até lhe são colocados?

Essa “arrogância” auto justificava-se na era do “sucesso” que parecia caracterizar as últimas décadas do séc. XX – Sucesso, crescimento económico contínuo, consolidação de grandes empresas a nível mundial/global, lucros crescentes e astronómicos no sector financeiro mundial, novas oportunidades da globalização (diga-se com justiça com benefícios palpáveis na melhoria das condições de vida nas populações dos países da ásia, áfrica e américa latina...). Nas duas últimas décadas do séc. XX, o “Sucesso” justificou e protegeu a Ambição, até mesmo a Ganância, promoveu o Consumo desenfreado... e serviu para generalizar a relativização dos

Valores... e até, o abandono destes... Estava assim “plantada” a primeira crise global que rebentaria nos primeiros anos deste séc. XXI, conhecida como a crise financeira de 2007/2008 cujos efeitos ainda perduram...

Crise de Valores, da Democracia. Crise Financeira, Social e Ambiental. Nos países da Europa e América assistimos a um retrocesso dos valores civilizacionais, noutras partes do mundo ao reforço dos regimes autocráticos. Menor Cidadania, isto é mais deveres / menos direitos. Maior intolerância, menos respeito pelo “outro”, crescente fanatismo. Em resultado crescem os movimentos populistas e isolacionistas a par e em simultâneo com o descrédito no “sistema” e nos partidos tradicionais.

No resultado final pesam os desequilíbrios, novas formas de opressão e controle dos cidadãos pelas grandes empresas multinacionais que impõem práticas, preços e produtos e pelos Estados que passam a invadir até a intimidade dos cidadãos, aumento das desigualdades, mais pobres e menos apoios sociais, crise ambiental em aceleração já com reflexos visíveis no que se pode designar como “os sinais vitais de Gaia”... Aquecimento global e seus efeitos ainda desconhecidos...

Afinal os tempos são outros e difíceis, o sucesso foi talvez muito passageiro e exagerado e a tal *arrogância* injustificada...

Na Franco Maçonaria há lições e regras milenares que não carecem de estar escritas e, uma delas, é certamente a certeza de que dada a deplorável natureza da condição humana, as trevas vão e voltam...

A Ambição tudo pode comandar. É inteligente! Possui todas as Virtudes. Usa a Ignorância (aproveitando-a) e o Fanatismo. Estes três maus companheiros também agem nas sociedades, enfraquecendo-as, pervertendo-as.

Cresce a ideia e intuição de que a humanidade se encontra num momento crítico da sua evolução colectiva e que a sua sobrevivência bem como a do planeta como o conhecemos podem estar em causa.

Então que papel para a Franco Maçonaria no séc. XXI?

No nosso Ritual a dado passo se diz que o Homem é o responsável! Os deveres dos Franco Maçons são então perenes e advêm do acto e do momento da sua Iniciação.

Não esqueçamos nunca esse momento especial de plena intimidade em que verdadeiramente selamos um laço com a Franco Maçonaria e com a Humanidade. No nosso Juramento de homens livres juramos a Fidelidade à Ordem (na verdade o primeiro dever de um iniciado), à Fraternidade e Humildade maçónicas e o Amor sem distinção... de raça, religião, nação, classe social ... **“Praticarei a Fraternidade Humana em toda a sua amplitude...”**

MMQQII não esqueçam nunca o dia da vossa Iniciação!

Ao logo dos séculos e desde tempos imemoriais, os Maçons e outros Iniciados que historicamente, no que concerne aos valores essenciais da Dignidade Humana, os precederam, marcaram, influenciaram e mesmo determinaram por vezes, momentos e factos importantes no progresso civilizacional afirmando valores fundadores como a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade e Tolerância (na verdade o reconhecimento e o Amor pelo Outro), a Humildade, a Paz... (A luta contra a escravatura, pelos direitos humanos, pela Democracia, pela emancipação das Mulheres, pela libertação colonial, pela independência dos novos estados, pelos direitos sociais, ambientais,...).

Sendo na verdade os Valores perenes, certo é que cada época tem os seus diferentes condicionalismos e lhe corresponde um diferente estado de consciência mais ou menos colectiva assim em cada época também se afirmou uma diferente Maçonaria. Procura-se sempre “a busca do centro” e “Unir (ou melhor Reunir) o que está disperso”. É verdade que o Caminho se faz no “Templo Interior” aprimorando e aperfeiçoando a “Pedra” mas a responsabilidade é também perante os outros homens e mulheres, a sociedade e o planeta. Lembremo-nos do “Responsável” – eis o que confere à Maçonaria a obrigação de constituir uma elite moral activa e interventiva no “mundo”. (Somos afinal os Filhos da Viúva).

A Maçonaria pode e deve orgulhar-se de ter influenciado muito o desenvolvimento das sociedades nos últimos séculos e mesmo de ter marcado momentos civilizacionais fundamentais de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um exemplo e referência. Devemos pois, neste século, em que sentimos muitos alicerces e pilares em ameaça de ruína, num momento em que o mundo parece muito perigoso, fiéis ao “espírito da coisa”, isto é assumindo plenamente os Valores e a União, definir as respostas à seguinte questão:

- **Mantendo-nos fiéis e à altura desses feitos passados e dos Valores que inspiram e norteiam verdadeiramente a Franco Maçonaria, o que é que podemos fazer hoje, juntos?**
- **E em particular para aprofundar a Cidadania como um verdadeiro ideal democrático?**
- **E aumentar na sociedade a reivindicação da Cidadania?**

No “livrete” de Primeiro Grau é comum ler-se: ***“Sozinho não obterás nenhum progresso, ... não podes evoluir se não te aliares e associares com outros...”***

(Em certo sentido) Talvez afinal toda a Humanidade seja apenas um Homem só! Então a Maçonaria no séc. XXI, em plena revolução tecnológica, – deve olhar para o conjunto da sociedade como a sua Pedra Bruta. Muitos nos olham como sendo um organismo obsoleto em vez de verem na Arte Real a mais antiga associação democrática e fraterna. Aproveitemos a enorme riqueza da diversidade de Ritos, Lojas e Obediências. Diz-se que os Ritos são diferentes ramos de uma mesma Árvore (a que se deseja florida!). Há divisões na Maçonaria que não fazem mais sentido... Homens e Mulheres partilham o juramento maçónico, bem como a

defesa dos direitos humanos, da luta contra a ignorância. Diferentes Obediências partilham no essencial os mesmos Valores com os mesmos deveres que caracterizam a Maçonaria Universal.

Parece-nos pois que neste século a Maçonaria deve Agir como uma verdadeira Ordem Universal, sem divisões de género, de Obediência e, direi mesmo, do que por vezes se designa por Regularidade. Razões culturais, históricas e até de ordem política forjaram ao longo dos tempos diferentes tradições que no seu conjunto se traduzem numa extraordinária riqueza da Arte Real! Aproveitemos pois esse capital filosófico, espiritual para a nossa intervenção social e filantrópica.

Cada Loja, independentemente da acção social e filantrópica individual dos seus membros, pode definir um plano de intervenção na sociedade. Apoiar uma associação de cariz social por exemplo ou apoiar um projecto concreto na sua comunidade mais próxima ou mesmo num país longínquo... Na nossa Loja (UDJAT) definimos começar pela criação de uma Associação Cívica - **Terra Fraterna**, inspirada na 'Nova Atlântida', vocacionada para a intervenção social, filantrópica e ambiental. Outro projecto que temos em agenda e como objectivo desenvolver é a criação do **Centro ou Círculo Garibaldi**, vocacionado para divulgar a história e os valores da Franco-Maçonaria e do Rito APMM.

Mas há objectivos e formas de acção e intervenção só possíveis de desenvolver para além das nossas Lojas. Os novos tempos e as características deste novo século exigem e os valores da Franco-Maçonaria justificam uma intervenção mais aberta nos tempos presentes, com maior divulgação da Arte Real sem necessariamente sacrificar a natural discricção dos trabalhos em Loja.

Este novo séc. é o tempo da comunicação instantânea, da nova tecnologia, robótica e novas máquinas, novos avanços na área da saúde, nascimento de uma **nova economia** com ganhos de escala exponenciais mas com o risco de a muito curto prazo gerar crescente exclusão social. Os dias mais cruéis da exclusão capitalista no seu período mais agreste da revolução industrial parecer-nos-iam dias de "primavera" se comparados com a nova vaga de exclusão social global que já estará a mover-se nas nossas sociedades, cujos efeitos nefastos e desumanos urge travar. Por isso a reivindicação da Cidadania ganhará particular acuidade e premente necessidade razão porque se justifica constitua desde já o objectivo que deve nortear todos nós que verdadeiramente amamos a Liberdade e a Humanidade.

Acreditamos que há muito a fazer junto dos jovens. Serão eles que nas próximas décadas poderão consolidar e aprofundar a Cidadania como ideal democrático, com deveres e direitos equilibrados, tendencialmente justos. Serão sobretudo eles quem reivindicará uma verdadeira Cidadania, não aceitando as crescentes imposições e intromissões restritivas da Democracia e

dos direitos por parte do poder das grandes empresas globais e dos estados. Neste século, a ideia de Cidadania ganha um sentido mais amplo pois não se reduz aos direitos e deveres sociais e nem só ao ideal democrático. (Nas palavras do nosso GMM) ***Ela abrange e define a plenitude e a singularidade da condição humana presentes na tradição maçónica fundada no respeito pelos direitos e a dignidade do ser humano, na independência do seu espírito e na integridade do seu corpo.***

Disse

Vieira,

Past V.'.M.'. R.'.L.'.Udjat nº 215 a Or.'. do Porto

(JR)

18.03.2017 e.v.

Anexo 4

Os Deveres Sociais de um Franco-Maçon

Quando vejo um animal abandonado e/ou mal tratado, o meu impulso mais imediato é tentar socorrer. Dar de comer, ou salvar.

Logo oiço elogios desta natureza:

“que bom. Ainda bem que há boas almas”, “gostas muito de animais não gostas?”, “és uma grande defensora de animais, ainda bem”.

Portanto deduzo que sou um ser extra-terrestre!

Ou seja, os anormais, na minha opinião, são aqueles que perante uma situação semelhante viram a cara para o lado, ou enterram a cabeça na areia e não socorrem, não salvam, não ajudam....isso é que é anormalidade. Agora ajudar o próximo seja o próximo de duas ou quatro patas é ou deveria ser absolutamente normal. Mas não, em Portugal é exótico? É fora do comum? É motivo de reconhecimento? De elogios?

Algo vai mal no reino da Dinamarca.

Ou seja, os valores dos seres humanos estão mais ou menos neste patamar:

- Se virem uma criança a levar umas bofetadas de um dos pregenitores chamam a policia e o instituto de apoio à criança porque estão perante uma violência sem precedentes. Contudo ninguém diz: “oh gostas tanto de crianças” “és tão humana”, “ainda bem que existem pessoas assim.”
- Não! Damos por garantido que assim deve ser.

Contudo, se o comportamento for para com um animal, ou perante um atentado contra a natureza, então aí já não é connosco, não! É com os outros, os defensores dos animais, os ecologistas, os outros....

Esta arrogância do ser humano, este laissezfairelaissezpasser perante aquilo que dá como garantido é a factura mais elevada que o ser humano paga há milénios e continuará a pagar. Dentro da sua cegueira mental, não consegue ver o obvio.

Na maçonaria isto nem se deveria colocar. Esta cegueira nunca deveria existir. Muito menos na actualidade com tanta informação.

O que constato? Que existe! E infelizmente parece-me que em numero assustador.

- A maçonaria e a cegueira ecológica

É ou não verdade que existem bastantes, em numero, Presidentes de Camara maçons?

Se sim, onde está o trabalho do maçom?

Onde está o eterno aprendiz que deve servir e não servir-se?

Onde está a preocupação com o meio ambiente e com os animais incluídos, sobretudo?

Onde está o investimento no ensino, na sensibilização, na obrigatoriedade mesmo, em respeitar, preservar e promover o bem estar ambiental, animal, ecológico?

Alerto os Ilr.'. mais incautos aqui presentes que, no próximo ano supostamente, repito, supostamente será abolida a pena de morte para os animais recolhidos nos centros veterinários municipais deste país.

Pergunto:

1. quantos maçons sabem disto?
2. Quantos maçons sabem de quantas camaras municipais se estão a preparar para a hecatombe de animais que vai ter de albergar?
3. Quantos maçons sabem quantas camaras municipais estão neste momento a enterrar literalmente a cabeça na areia, e a demitir-se das suas mais básicas funções?
4. Quantos maçons sabem do que se está a passar neste país, neste momento, relativamente aos animais em cada concelho?

Ninguém?

Então lamento informar que se podem considerar tudo, mas maçons não o são de certeza.

Isto de passar da escuridão para a Luz não é só simbólico, pelo menos nunca foi assim que o interpretei, se calhar sou eu que sou romântica e tenho estas ideias peregrinas.

Mas para mim, sair do mundo profano e entrar na luz é muito mais que cruzar a soleira da porta de um templo maçónico.

É, logo de inicio, estar atento, tomar conhecimento, pedir satisfações, ouvir, estar presente.....é de seres vivos que falamos. É da natureza, essa obra-prima do Grande Arquitecto do universo que estamos a negligenciar.

Maçon ou não ninguém sabe que existem canis? Que existem abrigos para animais? Que há eutanásia? Que há abandonos? Que há violência sobre eles?

Bem, se não sabem então isto já resvala para o mentecapto. Então aí é que estamos realmente mal. Muito mal.

Eu gosto, de ouvir em L.'. discursos bonitos, palavras rebuscadas, preocupação com a economia, politica, injustiças sociais, fica bem! Em prancha ou em intervenção é bonito de se ver e ouvir. Os elogios não tardam em chegar.

E quando se sai da L.'.?

O que é que se faz no dia-a-dia? Onde está o dever? Que trabalho faz fora do atelier o verdadeiro obreiro?

Nada!

Quando a última árvore cair, quando o último rio secar, quando o mar ficar ácido, quando matarem o último animal e quando o ar for irrespirável, agarrem-se à situação socioeconómica da comunidade europeia, pelo caminho foquem-se bem nos direitos elementares dos seres humanos, de seguida segurem-se a *offshores*. Fica desde já prometido que de nada vos servirá. Nós e os nossos filhos, os nossos netos perecerão bem acompanhados da arrogância com que sempre viveram... Mas sem AR. Fica apenas a boa notícia que a morte sem ar costuma ser rápida. Segundo dizem são apenas uns segundos e a *“coisa fica arrumada”*.

Por isso continuem preocupados com o supérfluo. Dedicuem-se ao estudo e análise do fútil vão ver com o tempo a importância que tudo isso tem.

Disse

Manuela Tavares

Anexo 5

Filantropia: do Templo à Polis

“No cumprimento da sua missão, a Maçonaria não admite nenhum obstáculo.

Ela é essencialmente filantrópica, filosófica e progressiva, porque ama a Humanidade, a sabedoria e não se confina ao passado.” Ritual de Abertura dos Trabalhos em 1º grau – RF, da GLFP.

É assim, então, que nos definimos.

E o que significa isso de a Maç. ser filantrópica?

Filantropia deriva do grego φίλος (phílos - amor) e άνθρωπος (ánthrōpos - homem), e significa "amor à humanidade".

Se é verdade que a Maçonaria é dita filantrópica, não é menos verdade que o seu fim primeiro é o desenvolvimento intelectual e aperfeiçoamento moral dos seus membros. É claro que esperamos que o trabalho da construção de si, traga luz sobre toda a sociedade, mas isso deve ser um resultado, não um objectivo em si mesmo e também é uma realidade que o amor ao próximo não passa exclusivamente pela prática da beneficência.

Mas muito mudaram os tempos, os conceitos, as formas de pensar e exercer o bem fora do templo.

Afirma Pierre Yves Beaurepaire 1 “Da caridade cristã à beneficência decorrente da laicização, da filantropia liberal à afirmação de exigências de solidariedade e das lutas políticas contra a exclusão, a filantropia é um marco essencial para compreender as variações, reacções de recomposição no trabalho maçónico entre o final do séc. XVII e início do século XXI, e é, para além disso, um espelho para os problemas que fracturam e reconstituem a sociedade que nos envolve.”,

(tradução livre)

L’Autre et le Frère. L’Étranger et la Franc-maçonnerie en France au XVIII^e siècle, Paris, Honoré Champion, Les dix-huitièmes siècles 23, 1998, 872 p.

Estudando a história e conhecendo as iniciativas e propostas maçónicas sobre a “filantropia”, esmiuçando este conceito, a evolução que lhe está inerente e o olhar diverso de cada maçom sobre ele, o modo de ser filantropo enquanto maçom constitui mais uma das profundas rupturas entre as Maçonarias ditas “regular” e “liberal”. Mas esse é um eixo de discussão que não interessa neste fórum que, pela sua génese e organização quer antes sublinhar que “o que nos une é muito mais que aquilo que nos separa”.

Esta ideia de união, de construção comum do vosso/nosso encontro de hoje dá corpo ao que ao longo de 3 décadas venho dizendo e, nesse sentido, dando exemplo, acedi ser “voluntariamente” obrigada a reflectir sobre este tema da “Filantropia e Maçonaria”.

Conheço muitas associações dirigidas por Maçons, tenho informação de muitas (algumas) acções pontuais levadas a cabo por diversas Lojas. Intervenções essas, no primeiro caso, quase a medo de se desvendarem nessa qualidade e no segundo, acções em favor de Irmãs e Irmãos em dificuldade ou profanos necessitados, mas, em consciência o que vos venho aqui dizer não será, certamente, o politicamente correcto; antes é o irreversivelmente concluído das inquietações que me têm literalmente atormentado ao olhar para as nossas Obediências (todas as Obediências) e verificar que pouco fazemos para além da empatia e compaixão que realmente sentimos pelo nosso semelhante e das preocupações genuínas com todos os seres que nos rodeiam e que, no solstício de Inverno parecem crescer, para depressa esmorecer a caminho do equinócio da Primavera.

E pergunto-vos eu, Minhas Irmãs e Meus Irmãos:

Estaremos nós, maçons de hoje, a fazer das nossas RR.'. LL.'. interfaces entre a reflexão maçónica e a acção filantrópica e social que nos deveria caracterizar, numa ponte entre a sociabilidade tradicional e a ajuda aos que tiveram menos oportunidades?

Estaremos nós, maçons de hoje, “enquanto tal”, ainda que de modo individual, em posição de desencadear mecanismos eficazes de mobilizar o empenhamento de todas as Irmãs e de todos os Irmãos em favor da filantropia que está na nossa génese?

Estaremos nós, maçons de hoje, preparados para perceber se a acção filantrópica maçónica tradicional poderá contribuir para a coesão social e o reaproximar dos seres humanos?

Estaremos nós, maçons de hoje, atentos às consequências futuras da crise que o mundo atravessa no que respeita à ajuda humanitária que se impõe num mundo em que as regras do dinheiro são as que dominam as relações?

Estaremos nós, maçons de hoje, disponíveis para aceitar a mudança que enfrentamos em cada dia também no modo como podemos trabalhar na área da filantropia, encontrando os “novos pobres”, percebendo as “novas famílias”, valorizando as “novas aptidões” humanas?

Estaremos nós, maçons de hoje, preparados para enfrentar a concepção filantrópica militante e caritativa, desdenhosa de modelos mais abertos de pensamento e laicidade, que nos é mostrada pelas instituições geridas por entidades religiosas?

Estaremos nós, maçons de hoje, a desperdiçar talentos e energias com lutas de facção e de “eu sou mais Maçon que tu”, em vez de nos preocuparmos em trabalhar em prol de projectos sociais e educativos alicerçados nos nossos princípios e valores?

Estaremos nós, maçons de hoje, conscientes da importância da urgência de um debate que faça repensar o projecto social (palavra que prefiro, ao termo filantropia) que possa e deva ser mobilizador para a Maçonaria em Portugal?

Será que a Maçonaria tem a vocação de lutar contra a exclusão e, nesse caso, será a filantropia uma porta de saída do Templo e a porta de entrada na Polis?

Deixei-vos perguntas, não me deterei ou procurarei dar respostas!

Tenho apenas duas certezas seguras: a primeira que a nossa filantropia não pode dissociar-se da tolerância mútua, do respeito pelos outros e por si, da liberdade absoluta de consciência e do abandono dos dogmas, uma filantropia escorada na maçonaria como escola de pensamento, que apela à prática humana da fraternidade; a segunda a de que a nossa Filantropia deve tender para o Outro, provocar reencontros, vivenciar partilhas, numa tentativa de compreender as pessoas e as coisas ao fazer esta demanda (re)ligados a outros que têm como vocação agir após a reflexão sobre a sociedade, com profundo conhecimento dos verdadeiros problemas, das dificuldades concretas e das necessidades reais dos que pretendemos ajudar ;

No coração do ano maçónico, mas acima de tudo, numa época tão conturbada do nosso planeta, cada gesto, cada palavra conta, e esta prancha pueril não é mais que um sinal de fraternidade, de comprometimento, de trabalho de reflexão sobre a temática deste Encontro Inter Obediencial.

E quer seja na filantropia, no ambiente ou na participação cidadã, as palavras de St-Exupéry deveriam fazer eco nas nossas consciências de Mulheres e Homens Livres: "tu não podes ficar parado, enquanto ao teu redor, o mundo está a mudar".

Acompanhar as mudanças no mundo mantendo o nosso compromisso com a tradição e com a transmissão, é isso que faz a grandeza da Maçonaria.

Que este debate seja profícuo e solidário e, no fim, talvez alguns projectos ou pelo menos ideias de projectos possam ser laboriosamente alimentados nos nossos corações, para dar corpo a um projecto social Maçónico comum a Oriente do Porto.

Façamos acontecer “Kairós” que assim o permita.

Disse!

Alexandra Mota Torres

Mestra Maçona

RL Kairos a Or.´. do Porto, nº 17 da GLFP

Anexo 6

Os Deveres Sociais de um Franco-Maçom



AUG.º E RESP.º LOJA HARMONIA, Nº 1.114

“LE DROIT HUMAIN”

OR.º DO RIO DE JANEIRO – BRASIL

A Aug.º e Resp.º Loja Maçônica Mista Harmonia, nº 1114 – LeDroitHumain, no Or.º d Rio de Janeiro - Brasil, foi convidada pelo M.º.R.º.Ir.º Hugo Gomes -V.º.M.º. daAug.º eResp.º Loja Gaia, nº 1781, a participar do Debate “Os Deveres Sociais de um Franco-Maçom”.

“Responsabilidade Social do Franco Maçom é Conhecer, Agir e Transformar.

Entre os princípios gerais da maçonaria, temos:

- Prega o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da investigação constante da verdade e da prática desinteressada da beneficência.
- Enaltece o mérito da inteligência e da virtude e o valor demonstrado na prestação de serviços à Ordem, à Pátria e à Humanidade.
- Repudia todas as formas de exploração da pessoa humana, os privilégios e as regalias, combate a ignorância, a superstição e a tirania.
- Afirma que o sectarismo político e o fanatismo: quer religioso ou racial, são incompatíveis com a universalidade do espírito maçônico.
- Defende a plena liberdade de expressão do pensamento, como direito fundamental do ser humano, admitida a correlata responsabilidade.
- Reconhece o trabalho como um dever social; julga-o dignificante e nobre sob qualquer forma: manual, intelectual, artística e técnico.

“DOS DEVERES SOCIAIS DE UM FRANCO MAÇOM”

Nos foi incumbido pela Venerável Mestre da Loja Harmonia, nº 1114 – de LeDroitHumain, que escrevêssemos em conjunto um texto que resumisse os deveres sociais de um Franco maçom. Este dever é fácil e difícil ao mesmo tempo pois, nos foi concedido um tempo exíguo para essa grande reflexão e tentar transcrever em poucas palavras a vivência e a realidade de uma ordem secular. A pátria dos maçons é o mundo e sendo seus irmãos selecionados como pessoas virtuosas devendo tornar seus princípios o eco da natureza.

Fomos formados através do renascimento maçónico para uma vida de fraternidade que perpassam os laços de sangue. Nessa fraternidade contamos com o maior operário que é o Grande Arquiteto do Universo.

Devemos ser contidos impedindo os excessos que impeçam ou atenuem de nos impelir a cometer ações que possam arranhar a irmandade.

Trabalhamos utilizando senso de justiça evitando trair o outro e honrando nossos débitos.

Devemos ser estudiosos e estarmos dispostos para lidar com nossos deveres com GADU, conosco e com os outros.

Devemos utilizar como nosso escudo o amor ao próximo e o sentido de cooperação sem cessar nos conduzindo com mansidão.

Ajudar os desventurados, dividir o nosso quinhão com os trabalhadores mais pobres, indicar o caminho certo aos andarilhos perdidos são os deveres da nossa irmandade que além de refletir seus ideais exprime a sua utilidade. Apesar de o maçom dar atenção ao outro, quando é seu irmão que necessita ele deve dedicar-se com todo empenho.

Os maçons devem proteger um irmão de todos os infortúnios que puder. A virtude obrigatória do maçom é o segredo e suas ações generosas não devem ser propaladas. O sigilo é também um elemento alavancador de honra. Os maçons devem evitar excesso que possa trazer dano a si mesmo e a sua família. O maçom deve ter caráter e virtudes.

Os maçons desenvolvem a prática da ajuda, amor fraterno que geram a existência de virtudes sociais.

As vezes proporcionamos conforto às pessoas que estão em situação difícil, pois temos laços de fraterno afeto como uma obrigação.

Devemos nos deter em fazer o bem sempre, para minimizar as dores dos torturados pela deficiência de justiça, com a finalidade de servir ao ser humano.

Todas as atitudes maçônicas devem ser em prol da verdade, se envolvendo em cada campo da cultura para opinar e se inserir em todas as modernizações, para concretizar a elevação espiritual e moral e para o bem da humanidade, garantindo a liberdade.

Na verdade, um maçom não tem querença. É preocupado com o progresso da humanidade e muitas vezes se sacrifica para que isso ocorra, sendo sempre um construtor do bom e do bem.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

Elisabeth Pinto Pires Rodrigues.'. 30º

V.'.M.'. .

ERodrigues.: